



UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO/2013

LRF, art. 48 - Anexo VII		RS Mil	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL	
Despesa Total com Pessoal - DTP	445.091		0,067839
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.192.543		0,181764
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	1.132.911		0,172675
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) <sup>1</sup>	
Valor Total	28.351		160,881

FONTE: Demonstrativo da Despesa com Pessoal e Demonstrativo dos Restos a Pagar - DICON/SEA/TST, em 17/jan/14 às 18h23.

Nota: <sup>1</sup> Incluído o valor de R\$ 132,088 mil, referente ao Órgão Setorial de Programação Financeira (UG 080017) da Justiça do Trabalho. A Disponibilidade de Caixa Líquida do TST totalizou R\$ 28.794 mil, correspondente à Inscrição de Restos a Pagar Não Processados do Exercício, de R\$ 28.351 mil.

Min. CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA  
Presidente do Tribunal

ANNE FLORIANE DA ESCÓSSIA LIMA  
Diretora-Geral da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho  
Substituta

ANTÔNIO CARLOS MOREIRA BERGO  
Secretário de Controle Interno  
Substituto

MARIA TEREZA DE ANDRADE LIMA ORLANDI  
Secretária de Administração  
Substituta

## SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

## ATO NORMATIVO Nº 68, DE 28 DE JANEIRO DE 2014.

Aprova o relatório definido na Lei Complementar nº 101/2000 e dá outras providências.

O MINISTRO PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo o artigo 6º, inciso XXV, do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União para o período de janeiro a dezembro de 2013.

Art. 2º Determinar a sua publicação conforme prevê o artigo 55 da Lei Complementar nº 101, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, de 04 de maio de 2000, observadas as prescrições da Portaria nº 24/STN/MF, de 16 de janeiro de 2014 e a Decisão nº 1.099/2002-TCU-Plenário, de 28 de agosto de 2002, conforme quadros anexo.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gen Ex RAIMUNDO NONATO DE CERQUEIRA FILHO

## ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2013 A DEZEMBRO/2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	364.174.126	90.173	364.264.299
Pessoal Ativo	167.445.294	26.007	167.471.301
Pessoal Inativo e Pensionistas	196.728.832	64.166	196.792.998
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	137.699.922	0,00	137.699.922
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	54.207	0,00	54.207
Despesas de Exercícios Anteriores	14.866.413	0,00	14.866.413
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	122.779.302	0,00	122.779.302
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	226.474.204	90.173	226.564.377
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			656.094.218.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,034519%	0,000014%	0,034533%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,080576%		528.654.477

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012014013000152

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <*>	0,076547%	502.221.753
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <*>	0,072518%	475.789.029
FONTE: SIAFI 2013 e CÉLULAS 2013		

## Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Limite Legal da JMU = 0,080576% e Limite Prudencial = 0,076547% conforme Resolução CNJ nº 177/2013.

3) Do valor de R\$57.869.270,60, relativos a Despesas de Exercícios Anteriores apurados no período, R\$ 43.002.857,94, se referem a despesas com Inativos e Pensionistas que foram pagos com recursos vinculados às fontes 156 e 169; portanto integram a linha Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.

4) Do valor de R\$105.495,20, relativos a Despesas decorrentes de Decisão Judicial apurados no período, R\$51.288,68 se referem a despesas com Inativos e Pensionistas que foram pagos com recursos vinculados às fontes 156 e 169; portanto integram a linha Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados

## UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2013 A DEZEMBRO/2013

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")		R\$ 1,00	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FISCALIS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-
DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL	154.837	222.405	-67.568
CRÉD. EM CIRCULAÇÃO (limite de saq. c/vinc pag+recursos RP)	-	-	-
Fonte 100 - Recursos Ordinários	33.269.114	3.952.990	29.316.124
Fonte 127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	1.446.226	54.061	1.392.165
Fonte 150 - Receita Diretamente Arrecadada - STM	1.136.095	-	1.136.095
Fonte 177 - Fonte a Classificar	541	-	541
Fonte 190 - Recursos Diversos	43.472	-	43.472
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	36.050.285	4.229.456	31.820.829
TOTAL (III) = (I + II)	36.050.285	4.229.456	31.820.829
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES <sup>1</sup>	2.366	0,00	2.366

FONTE: SIAFI 2013 e Células 2013

Nota: <sup>1</sup>A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

## UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2013 A DEZEMBRO 2013

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")		R\$ 1,00				
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)						
Obrigações Financeiras sem Fonte					-67.568	
Fonte 100 - Recursos Ordinários	35.185	189.668	3.659.225	15.626.035	29.316.124	
Fonte 127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário			54.061	915.467	1.392.165	
Fonte 150 - Receita Diretamente Arrecadada - STM				366.200	1.136.095	
Fonte 177 - Fonte a Classificar					541	
Fonte 190 - Recursos Diversos					43.472	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	35.185	189.668	3.713.286	16.907.702	31.820.829	
TOTAL (III) = (I + II)	35.185	189.668	3.713.286	16.907.702	31.820.829	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES <sup>1</sup>					2.366	

FONTE: SIAFI 2013, Células e CONORC

Nota: <sup>1</sup>A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.



UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2013 A DEZEMBRO /2013

LRF, art. 48 - Anexo VII		R\$ 1,00	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		226.564.377	0,034533
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,080576%		528.654.477	0,080576
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,076547%		502.221.753	0,076547
DIVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Divida Consolidada Líquida			
Limite Definido por Resolução do Senado Federal			
GARANTIAS DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas			
Limite Definido por Resolução do Senado Federal			
OPERAÇÕES DE CREDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas			
Operações de Crédito por Antecipação da Receita			
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas			
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita			
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		16.907.702	31.820.829

FONTE: SIAFI 2013/ CELULAS

NOTA

1) Limite Legal da JMU = 0,080576% e 0,076547% de limite prudencial conforme Resolução CNJ nº 177/2013.

Gen Ex RAIMUNDO NONATO DE CERQUEIRA FILHO  
Ministro-PresidenteLUCIANO TEÓFILO DE MELO NETO  
Diretor-GeralIVO ROMERO DA SILVA  
Secretário de Planejamento  
Em exercícioOSCAR HENRIQUE GRAULT VIANNA DE LIMA  
Secretário de Controle Interno

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

## PORTARIA Nº 31, DE 27 DE JANEIRO DE 2014

A DESEMBARGADORA-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, na forma do anexo à presente Portaria, relativo ao 3º quadrimestre do exercício 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELISABETH CARVALHO NASCIMENTO

## ANEXO

GOVERNO FEDERAL - PODER JUDICIÁRIO			
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A DEZEMBRO/2013			
RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	DESPESA COM PESSOAL		RS Milhares
	LIQUIDADAS (a)	INSCR. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) 2	62.830		523
Pessoal Ativo	55.985		523
Pessoal Inativo e Pensionistas	6.845		-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	-		-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	6.437		29
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-		-
Decorrentes de Decisão Judicial	-		-
Despesas de Exercícios Anteriores	75		29
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	6.362		-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	56.393		49.4
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (IIa + IIIb)			56.887
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) 3			656.094.218
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) x 100			0,008671
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	0,016634 %		10.9135
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF)	0,015802 %		103.676
LIMITE DE ALERTA ( inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	0,014971 %		98.224

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012014013000154

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.